


**ENTRE ESPAÇO E HISTORICIDADE: O CONCEITO DE REGIÃO NA
PERSPECTIVA DA HISTÓRIA DOS CONCEITOS**

**ENTRE ESPACIO E HISTORICIDAD: EL CONCEPTO DE REGIÓN DESDE LA
PERSPECTIVA DE LA HISTORIA DE LOS CONCEPTOS**

Lucas do Prado¹ 
Universidade de Passo Fundo

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar o conceito de região a partir das discussões historiográficas desenvolvidas na disciplina História, Região e Fronteiras, articulando tais reflexões com a metodologia da história dos conceitos. Com base nas contribuições de Reinhart Koselleck, compreende-se a região como uma categoria histórica polisêmica, cuja significação varia conforme os contextos sociais, políticos e teóricos em que é mobilizada. Ao longo do estudo, demonstra-se que o conceito de região não pode ser reduzido a um recorte espacial dado, sendo resultado de construções históricas que envolvem dimensões geográficas, econômicas e culturais. Analisa-se, nesse sentido, a influência da geografia positivista, o desenvolvimento da história regional e as contribuições de abordagens materialistas e culturais. Conclui-se que a região deve ser entendida como um campo de relações e disputas, cuja análise exige uma perspectiva relacional e historicamente situada.

Palavras-chave: Região; História dos Conceitos; Historiografia.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar el concepto de región a partir de las discusiones historiográficas desarrolladas en la asignatura Historia, Región y Fronteras, articulando tales reflexiones con la metodología de la historia de los conceptos. Con base en las contribuciones de Reinhart Koselleck, se comprende la región como una categoría histórica polisémica, cuya significación varía según los contextos sociales, políticos y teóricos en los que es movilizada. A lo largo del estudio, se demuestra que el concepto de región no puede reducirse a un recorte espacial dado, siendo resultado de construcciones históricas que involucran dimensiones geográficas, económicas y culturales. En este sentido, se analiza la influencia de la geografía positivista, el desarrollo de la historia regional y las contribuciones de enfoques materialistas y culturales. Se concluye que la región debe ser entendida como un campo de relaciones y disputas, cuyo análisis exige una perspectiva relacional e históricamente situada.

Palabras clave: Región; Historia de los Conceptos; Historiografía.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo analisar o conceito de região a partir dos textos discutidos na disciplina História, Região e Fronteiras do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade de Passo Fundo (UPF), tendo como finalidade não apenas cumprir uma exigência avaliativa da disciplina, mas, sobretudo, estabelecer uma relação efetiva entre as temáticas debatidas em sala de aula e os projetos de dissertação em desenvolvimento pelos discentes. Nesse sentido, o presente trabalho se insere em um movimento duplo: ao mesmo tempo em que se apresenta como uma reflexão de caráter historiográfico, também se constitui como um exercício de apropriação teórico-metodológica voltado à construção do próprio objeto de pesquisa.

¹ Lucas do Prado, graduado e mestre em História pela Universidade de Passo Fundo. Doutorando pela universidade de Passo Fundo. Bolsista CAPES. Contato: lucaszoad@gmail.com

Dessa forma, a investigação orienta-se pela seguinte problemática: de que maneira o conceito de região é mobilizado na historiografia contemporânea e como suas transformações semânticas podem ser compreendidas a partir da perspectiva da história dos conceitos? Tal questão não surge de maneira arbitrária, mas está diretamente vinculada às discussões realizadas ao longo da disciplina, nas quais se evidenciou que o conceito de região, longe de ser uma categoria estável ou autoevidente, apresenta-se como um campo de disputas interpretativas, atravessado por diferentes tradições teóricas e metodológicas.

A escolha por investigar o conceito de região justifica-se, portanto, pela necessidade de compreender como determinadas categorias analíticas são construídas, apropriadas e ressignificadas ao longo do tempo. Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que os conceitos não são neutros, tampouco universais, mas sim produtos históricos que condensam experiências sociais, políticas e culturais específicas. Assim, ao analisar o conceito de região, busca-se também compreender os processos históricos que o constituem, bem como os contextos nos quais ele é mobilizado.

A fim de alcançar tais objetivos, desenvolve-se uma pesquisa de cunho historiográfico, baseada na metodologia da história das ideias, mais especificamente na vertente da história dos conceitos, proposta pelo historiador alemão Reinhart Koselleck. Segundo Silva, a terminologia história das ideias “nem sempre é empregada como termo de designação. É possível encontrar a nomenclatura ‘história intelectual’, ‘história dos intelectuais’ ou ‘história dos conceitos’” (2017, p. 8-9), o que evidencia a pluralidade de abordagens existentes dentro desse campo.

A história das ideias, enquanto campo de investigação, apresenta diferentes perspectivas metodológicas, sendo representada por autores como Arthur Onken Lovejoy (1873-1962), Quentin Robert Duthie Skinner (1940), Dominick LaCapra (1939) e o próprio Reinhart Koselleck (1923-2006). Cada um desses autores contribui de maneira específica para a compreensão da historicidade das ideias; entretanto, opta-se neste estudo pela abordagem de Koselleck, uma vez que ela permite uma análise mais refinada dos conceitos em sua dimensão histórica, semântica e política.

Nesse sentido, a história dos conceitos distingue-se por seu caráter de crítica das fontes, voltando-se para a análise de termos social e politicamente relevantes, com o objetivo de compreender não apenas seus significados linguísticos, mas também os contextos históricos nos quais são empregados. Como afirma Koselleck (2006, p. 103):

A história dos conceitos é, em primeiro lugar, um método especializado da crítica de fontes que atenta para o emprego de termos relevantes do ponto de vista social e

político e que analise com particular empenho expressões fundamentais de conteúdo social e político. É evidente que uma análise histórica dos respectivos conceitos deve remeter não só à língua, mas também a dados da história social, pois toda semântica se relaciona a conteúdos que ultrapassam a dimensão linguística.

A partir dessa perspectiva, torna-se possível compreender os conceitos como verdadeiros indicadores de experiências históricas, funcionando como pontos de condensação de processos sociais mais amplos. Dessa forma, ao analisar o conceito de região, não se trata apenas de definir um termo, mas de investigar os diferentes significados que ele assume em contextos específicos, bem como as transformações que sofre ao longo do tempo.

É importante destacar, ainda, que, na perspectiva de Koselleck, nem toda palavra se constitui como um conceito. Para que isso ocorra, é necessário que ela apresente um caráter polissêmico, ou seja, que seja capaz de concentrar múltiplas significações em seu interior. Como afirma o autor “O sentido de uma palavra pode ser determinado pelo seu uso. Um conceito, ao contrário, para poder ser um conceito, deve manter-se polissêmico” (Koselleck, 2006, p. 109).

A noção de polissemia torna-se, portanto, central para esta investigação, na medida em que o conceito de região se apresenta como um campo aberto de significações, no qual diferentes interpretações coexistem e, por vezes, entram em conflito.

Nesse ponto, cabe ressaltar que a própria escolha por trabalhar com o conceito de região implica reconhecer sua complexidade e sua instabilidade semântica. Não se trata de um conceito unívoco, tampouco de uma categoria facilmente delimitável. Ao contrário, a região apresenta-se como um objeto de difícil apreensão, justamente por estar situada na intersecção entre diferentes campos do conhecimento, como a História, a Geografia, a Economia e a Sociologia.

Dessa forma, antes de adentrarmos propriamente na análise do conceito, torna-se necessário situá-lo no interior do campo da história regional, compreendendo as condições históricas e epistemológicas que possibilitaram sua emergência enquanto objeto de investigação.

A HISTÓRIA REGIONAL E AS TRANSFORMAÇÕES DA HISTORIOGRAFIA

Uma vez estabelecida a perspectiva metodológica que orienta este estudo, torna-se necessário deslocar o olhar para o campo no qual o conceito de região se insere de forma mais direta, a história regional. Tal deslocamento não é meramente formal, mas responde à necessidade de compreender que os conceitos não surgem isoladamente, sendo antes

produzidos no interior de debates historiográficos específicos, atravessados por transformações teóricas, metodológicas e institucionais.

Nesse sentido, a história regional deve ser entendida não apenas como um recorte temático ou espacial, mas como uma forma específica de abordagem histórica, cuja emergência está diretamente vinculada a mudanças mais amplas na historiografia. Como aponta Ana Luiza Setti Reckziegel, o crescimento dos estudos regionais está associado a um conjunto de fatores que, em seu conjunto, indicam uma inflexão significativa no modo de produção do conhecimento histórico como mostra Reckziegel (1999, p. 15-16):

É interessante notar que o aumento dos estudos sobre história regional e o crescimento das pesquisas de caráter monográfico nessa área estão atrelados a alguns fatores que auxiliam na compreensão do fenômeno. Em primeiro lugar, podemos referir ao esgotamento das *macroabordagens*, das grandes sínteses, até então predominantes, as quais, embora necessárias e capazes de parâmetros, mostravam-se claramente insuficientes quando cotejadas com estudos mais particularizados. Em segundo, é lícito mencionar que a instalação e o desenvolvimento dos cursos de pós graduação em todo o país permitiram, pela primeira vez em algumas regiões, a formação de uma geração de pesquisadores dotada de embasamento científico e comprometida com temas locais. Em terceiro lugar, há que se considerar que as transformações recentes da história brasileira, que modificam profundamente a organização espacial do país chamando a atenção para regiões até então pouco conhecidas, como a Norte e a Centro Oeste, provocaram um reordenamento da relação entre as demais regiões brasileiras. E por último, mas não menos importantes está a questão da mudança de concepção sobre o conceito de *região*.

Entre esses fatores, destaca-se, em primeiro lugar, o esgotamento das *macroabordagens*, isto é, das grandes sínteses históricas que, durante muito tempo, orientaram a produção historiográfica. Tais abordagens, embora fundamentais em determinados momentos, passaram a ser percebidas como insuficientes para dar conta da complexidade e da diversidade dos processos históricos. Nesse contexto, torna-se evidente que a história, ao privilegiar recortes amplos e generalizantes, acabava por obscurecer especificidades locais e regionais que, por sua vez, carregavam dinâmicas próprias.

Em segundo lugar, a expansão dos cursos de pós-graduação em História no Brasil desempenhou um papel decisivo nesse processo, na medida em que possibilitou a formação de uma nova geração de pesquisadores comprometidos com temáticas locais. Essa descentralização da produção do conhecimento histórico contribuiu para o surgimento de novos objetos de estudo, entre os quais se destaca a própria região enquanto categoria analítica.

Além disso, as transformações na organização espacial da sociedade brasileira, especialmente ao longo do século XX, também contribuíram para a valorização dos estudos

regionais. O deslocamento de centros econômicos, a expansão de fronteiras agrícolas e a reconfiguração das relações entre diferentes regiões do país evidenciaram a necessidade de compreender o espaço não apenas como cenário, mas como elemento constitutivo dos processos históricos.

Nesse contexto, a história regional emerge como uma resposta às limitações das abordagens totalizantes, propondo uma análise mais atenta às especificidades e às heterogeneidades dos processos históricos. No entanto, essa emergência não se dá de forma linear ou isenta de problemas. Ao contrário, ela está inserida em um momento de crise mais ampla nas ciências sociais e humanas, que coloca em questão os próprios fundamentos da produção do conhecimento. Como aponta Bandieri: “La pretención de construir una historia totalizante parecía haber llegado a su fin y la separación cada vez más marcada entre historia económica, social y política, alejó a los historiadores de la visión global del pasado” (Bandieri, 2008, p. 13).

Essa crise disciplinar não apenas fragmenta os objetos de estudo, mas também impõe novos desafios metodológicos. A separação entre diferentes campos da história — econômica, social, política — dificulta a construção de análises integradas, ao mesmo tempo em que evidencia a necessidade de novas abordagens capazes de articular múltiplas dimensões da realidade histórica.

É nesse contexto que ganha força a chamada micro-história, ou microanálisis, que propõe uma redução da escala de análise como forma de apreender a complexidade dos processos históricos. Ao privilegiar unidades menores — como indivíduos, comunidades ou localidades específicas —, a micro-história busca revelar dinâmicas que, muitas vezes, escapam às grandes narrativas: “Un nuevo retorno al papel de los individuos y las situaciones particulares que dieran cuenta de la singularidad de los procesos” (Bandieri, 2008, p. 14).

No entanto, apesar de suas contribuições, a micro-história não resolve completamente os problemas relacionados à compreensão do espaço. Em muitos casos, a redução da escala de análise resulta em uma fragmentação excessiva, dificultando a articulação entre diferentes níveis de análise. Dessa forma, a região, enquanto categoria, corre o risco de ser reduzida à soma de unidades menores, como províncias ou localidades como afirma Bandieri (2008, p. 17):

De esa manera, la historia de la región no era otra cosa que la sumatoria de las historias de las provincias supostamente inculcradas en ella. Em otros casos, la región se asimilaba a unidades territoriales concebidas como parte de la

regionalización a que dieran lugar em América Latina el auge de las políticas territoriales y de planificación em las décadas de 1960 y 70.

Essa crítica é fundamental, pois evidencia que a simples mudança de escala não é suficiente para garantir uma compreensão adequada do conceito de região. É necessário, portanto, desenvolver ferramentas teóricas e metodológicas que permitam pensar a região para além de uma mera delimitação espacial, considerando suas dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas.

Diante dessas limitações, surgem propostas que buscam recompor a articulação entre diferentes escalas de análise. Nesse sentido, a revista *Annales*, no início do século XX, propõe uma nova forma de pensar a história, retomando elementos da tradição da longa duração e da história comparada que segundo Bandieri: Rescatando las bases analíticas de la historia comparada de Marc Bloch y el concepto de *región* de Braudel, Maurice Aymard y Roger Chartier proponían, frente a la fragmentación y al individualismo erigidos em métodos contra cualquier forma de *holismo*, la necesidad indispensable de tener em cuenta las escalas de análisis espaciales y temporales infinitamente más largas, para ver lo problemas y comprender las culturas (Bandieri, p. 14, 2008).

Essa proposta representa uma tentativa de superar tanto o excesso de fragmentação quanto as limitações das abordagens totalizantes, sugerindo uma análise que leve em conta múltiplas temporalidades e espacialidades. Trata-se, portanto, de uma reconfiguração do olhar historiográfico, que busca integrar diferentes níveis de análise sem perder de vista a complexidade dos processos históricos.

A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE REGIÃO: ENTRE POLISSEMIA E HISTORICIDADE

Ao adentrarmos mais diretamente no conceito de região, torna-se evidente que estamos lidando com uma categoria profundamente marcada pela ambiguidade e pela multiplicidade de significados. Não se trata, portanto, de um conceito estável ou facilmente delimitável, mas de uma construção histórica que se transforma ao longo do tempo, acompanhando mudanças nos campos do saber e nas próprias dinâmicas sociais.

Nesse sentido, cabe questionar: existe uma definição correta de região? Ou estaríamos diante de um conceito que, por sua própria natureza, resiste a uma definição unívoca? Como já indicado anteriormente, trata-se de um conceito que não pode ser compreendido de forma isolada, sendo necessário considerar suas relações com outras categorias, como nação, território

e espaço: “Sin necesariamente su comparación con el concepto de nación y de territorio nacional, en tanto se trata de espacios que se inter-relacionan y hasta se asemejan, pero también se diferencian” (Heredia, 2007, p. 201). Da mesma forma, reduzir a região a uma simples delimitação espacial mostra-se igualmente problemático “Remitía a una ciudad o pueblo con su espacio circundante” (Carbonari, 2009, p. 27).

Essas definições, embora úteis em determinados contextos, não dão conta da complexidade do conceito, que envolve não apenas dimensões espaciais, mas também sociais, culturais, econômicas e políticas.

A partir do século XIX, o conceito de região passa por um processo de transformação que o torna progressivamente polissêmico. Tal processo está diretamente relacionado à consolidação das ciências sociais e à crescente especialização dos saberes, que passam a mobilizar o conceito de diferentes maneiras.

No século XX, esse processo se intensifica, especialmente em função da crise das ciências sociais e humanas, que leva à revisão de categorias analíticas e à busca por novas formas de interpretação. Nesse contexto, a região deixa de ser vista como um dado natural ou pré-existente, passando a ser compreendida como uma construção histórica.

Essa mudança de perspectiva é fundamental, pois permite deslocar o foco da análise, passando de uma visão estática para uma abordagem dinâmica, que considera a região como resultado de processos históricos específicos. Assim, a região não é mais apenas um espaço delimitado, mas um campo de relações, de interações e de disputas.

REGIÃO, GEOGRAFIA E A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO

Ao aprofundarmos a análise do conceito de região, torna-se inevitável retomar sua relação histórica com o campo da Geografia, especialmente no que se refere à influência exercida pela geografia positivista na consolidação inicial desse conceito. Tal influência não deve ser compreendida de forma isolada, mas inserida no contexto mais amplo de formação das ciências sociais no século XIX, momento em que diferentes disciplinas buscavam afirmar sua cientificidade por meio da definição de objetos, métodos e categorias analíticas próprias.

Nesse cenário, o conceito de região emerge como uma categoria central no interior da Geografia, sendo utilizado como instrumento de ordenamento e classificação do espaço. Como

aponta Carbonari “En ese surgir de las ciencias sociales el concepto de región fue, entonces, una preocupación central de la geografía” (Carbonari, 2009, p. 21).

Essa centralidade contribuiu para que o conceito fosse, durante um longo período, associado quase exclusivamente a critérios naturais, tais como clima, relevo, vegetação e outros elementos físico-ambientais. A região, nesse sentido, era concebida como uma unidade espacial delimitada a partir de características homogêneas da natureza, sendo compreendida como algo dado, anterior à ação humana.

Tal perspectiva, embora importante para o desenvolvimento inicial das análises espaciais, apresenta limites evidentes quando se trata de compreender a complexidade dos processos históricos. Ao privilegiar o determinismo natural, essa abordagem tende a ignorar o papel dos sujeitos históricos na construção do espaço, reduzindo a região a uma realidade estática e desprovida de historicidade. Como destaca Carbonari “Entonces, la región fue entendida desde los componentes físicos de la naturaleza; es decir, desde los factores climáticos y geomorfológicos que determinaban el recorte espacial” (Carbonari, 2009, p. 21).

Entretanto, à medida que as ciências sociais avançam em suas reflexões teóricas, essa concepção passa a ser questionada, especialmente a partir do desenvolvimento da geografia humana, que introduz a ação do homem como elemento central na constituição do espaço. Nesse novo enfoque, a região deixa de ser compreendida apenas como um recorte natural e passa a ser vista como resultado de práticas sociais, culturais e econômicas “La acción del hombre también participaba en los espacios construyendo paisajes” (Carbonari, 2009, p. 21).

Esse deslocamento é fundamental, pois permite incorporar à análise a dimensão histórica do espaço, reconhecendo que as regiões são construídas ao longo do tempo, a partir de relações sociais específicas. Nesse sentido, como aponta Bandieri, torna-se imprescindível considerar as transformações temporais da espacialidade “Prestar especial atención a los cambios temporales de la espacialidad y a su variación social porque sus regiones cambiarán de acuerdo a la época y a las finalidades de su estudio” (Bandieri, 2008, p. 19).

Dessa forma, a região passa a ser compreendida como uma construção dinâmica, que se transforma conforme as condições históricas, sociais e culturais. Não se trata mais de um espaço fixo, mas de um campo em constante processo de redefinição, no qual diferentes atores sociais atuam, produzem significados e estabelecem relações.

REGIÃO, ECONOMIA E A DIMENSÃO MATERIAL DO ESPAÇO

Outro aspecto fundamental para a compreensão do conceito de região refere-se à sua dimensão econômica, que se torna particularmente relevante a partir do momento em que o espaço passa a ser analisado em função das relações de produção e das dinâmicas de mercado.

Nesse sentido, destaca-se a contribuição de Van Young, que propõe compreender a região como uma forma de espacialização das relações econômicas, isto é, como um recorte do espaço definido a partir da organização das atividades produtivas e dos fluxos comerciais: “Como la espacialización de las relaciones económicas” (Carbonari, 2009, p. 18).

A partir dessa perspectiva, a região não é mais definida apenas por características naturais ou culturais, mas também por sua funcionalidade econômica, isto é, por seu papel dentro de um sistema mais amplo de produção e circulação de bens. Assim, diferentes regiões podem ser identificadas a partir de suas relações com mercados internos ou externos, configurando distintos padrões de organização espacial “Las regiones, entonces, eran recortes del espacio que interesaban por la funcionalidad económica para el mercado y/o para la planificación del desarrollo regional” (Carbonari, 2009, p. 22).

Essa abordagem permite compreender a formação de regiões como resultado de processos históricos ligados ao desenvolvimento econômico, evidenciando a importância das relações de mercado na definição dos espaços regionais. Ao mesmo tempo, ela abre caminho para interpretações mais complexas, especialmente no âmbito das abordagens materialistas.

La espacialización de la relación económica se propone a través de una tipología en relación a un emplazamiento central, distinguiendo un embudo/ dendrítico (si el vínculo es con el mercado externo) y una región solar/olla presión (si el vínculo es con el mercado interno). La espacialidad económica regional se vincula, entonces, a los flujos comerciales (Carbonari, p. 27, 2009).

A perspectiva marxista, nesse sentido, oferece uma contribuição significativa ao compreender a região como produto das relações sociais de produção, inseridas em um determinado modo de produção. Nessa abordagem, o espaço não é neutro, mas está diretamente relacionado à dinâmica do capital, à divisão do trabalho e às desigualdades socioespaciais. Como aponta Carbonari “Cada región será entendida en su totalidad a través de los procesos de base material que resultan de la interacción entre el hombre y el medio que transforma lo natural construyendo una “segunda naturaleza” (Carbonari, 2009, p. 28).

Essa construção de natureza seria de ordem material então, o espaço regional seria um lugar onde as interações seriam em contínuos movimentos, no ponto aonde o homem se tornaria

um produto da história e a partir do momento que é produto da história o mesmo atua sobre ela, acrescenta Reckziegel (1999, p. 18):

Considerando que os esforços acerca da conceituação de *região* variam de acordo com as tendências teóricas vigentes, podemos definir que, para os autores cujas abordagens teóricas são de base materialista dialética, a noção de região está intimamente ligada ao processo de desenvolvimento econômico e à difusão das inovações do capitalismo. Dessa maneira, aplica-se o binômio centro-periferia para explicar as articulações ocorridas no âmbito regional, de forma que a região passa a ser concebida como um produto da desigualdade socioespacial intrínseca ao desenvolvimento capitalista.

Reckziegel reforça essa interpretação ao afirmar que a noção de região está intimamente ligada ao desenvolvimento do capitalismo, sendo possível identificar, no interior das regiões, relações de centro e periferia que expressam desigualdades estruturais “A região passa a ser concebida como um produto da desigualdade socioespacial” (Reckziegel, 1999, p. 18).

Essa leitura permite compreender que a região não é apenas um espaço de convivência, mas também um espaço de conflito, no qual se manifestam tensões sociais, econômicas e políticas.

Ao mesmo tempo, é importante destacar, como faz José Carlos Chiaramonte, que o conceito de região não pode ser aplicado de maneira indiscriminada a todos os contextos históricos. Sua utilização deve levar em conta as especificidades de cada período, especialmente no que diz respeito à existência — ou não — de mercados integrados. Essa observação é fundamental para evitar anacronismos, garantindo que o conceito seja utilizado de forma historicamente situada. Contribui Chiaramonte:

Y esto tiene dos significados bastante diferentes: uno, cuando se aplica al período de desarrollo capitalista, para el cual vale la mayor parte de las reflexiones apuntadas al comienzo de esta exposición. Otro, cuando estamos en etapas anteriores a la irrupción del capitalismo. Esto es, si en condiciones de economías "tradicionales", "precapitalistas", posee sentido el intento de definir posibles regiones, cuando no existe el mercado integrado propio de las naciones/estados contemporáneas, cuando no existe una economía nacional, ámbito para el cual ha sido pensado y trabajado el concepto de región por la economía política contemporánea (Chiaramonte, p. 10, 2008).

REGIÃO, CULTURA, IDENTIDADE E REGINALISMO

Para além das dimensões espacial e econômica, o conceito de região também se articula de maneira profunda com a dimensão cultural, sendo frequentemente mobilizado para compreender identidades coletivas, práticas sociais e formas de pertencimento. Nesse sentido,

Heredia afirma “Las regiones pueden ser concebidas también como espacios culturales, y quizá sea ésta una de las más profundas interpretaciones del espacio regional” (Heredia, 2007, p. 201).

A região, nesse caso, deixa de ser apenas um recorte espacial ou econômico, passando a ser entendida como um espaço vivido, carregado de significados, no qual se constroem identidades e se estabelecem relações de pertencimento. Trata-se, portanto, de uma dimensão simbólica, que não pode ser reduzida a critérios objetivos de delimitação territorial. Segundo Reckziegel “A região possui uma estrutura, por isso possui uma identidade que permite diferenciá-la de seu entorno. Essa personalidade regional possibilita a sua delimitação a partir da compreensão da especificidade que ela contém” (Reckziegel, 1999, p. 19). E ainda pode contrubuir Heredia (2007, p. 202):

En síntesis, las regiones en general, y las de frontera con sus propias particularidades, tienen un marcado acento cultural; en las segundas, además, se desarrolla una vida singular de encuentros y vinculaciones de diversas formas de vida política y social, en los que hay identificaciones de ciudadanos de una y otra nación fronteriza por sus afinidades culturales o, en cambio, contrastes sociales, políticos, culturales y étnicos, a menudo impuestos por las políticas nacionales homogeneizadoras. Todos estos factores, en unos y otros casos, dan un fuerte acento culturalista a la vida regional.

Essa identidade regional, no entanto, não deve ser compreendida como algo fixo ou homogêneo. Ao contrário, ela é resultado de processos históricos, sendo constantemente construída, negociada e, por vezes, disputada. Nesse contexto, emerge o fenômeno do regionalismo, entendido como uma forma de afirmação identitária que pode assumir diferentes configurações. Como aponta Golin: “O regionalismo [...] não passa de um caso particular de lutas propriamente simbólicas” (GOLIN, 2002, p. 58).

Dessa forma, o regionalismo pode ser interpretado como um campo de disputas simbólicas, no qual diferentes grupos buscam afirmar suas identidades e seus interesses, seja em nível local, nacional ou mesmo internacional.

Além disso, é importante destacar que a região não se define apenas por suas características internas, mas também por suas relações com outras regiões e com a sociedade mais ampla. Nesse sentido, o regional deve ser compreendido de forma relacional, isto é, como parte de um sistema mais amplo de interações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, buscou-se demonstrar que o conceito de região não pode ser compreendido como uma categoria estática, tampouco como um recorte espacial dado a priori. Ao contrário, a região revela-se como uma construção histórica complexa, atravessada por múltiplas determinações e permanentemente sujeita a processos de ressignificação. Nesse sentido, mais do que um objeto delimitado, a região configura-se como um campo de problematização, no qual se articulam dimensões espaciais, temporais, sociais, econômicas e culturais.

A partir da perspectiva da história dos conceitos, desenvolvida por Reinhart Koselleck, foi possível compreender que o conceito de região não se esgota em sua dimensão linguística, mas condensa experiências históricas específicas, funcionando como um indicador privilegiado das transformações nas formas de apreensão do espaço ao longo do tempo. Tal abordagem permitiu evidenciar que a polissemia do conceito não constitui uma fragilidade analítica, mas, ao contrário, sua principal potencialidade, uma vez que é justamente essa multiplicidade de significados que possibilita sua adaptação a diferentes contextos e problemáticas.

Nesse percurso, observou-se que o conceito de região foi sendo progressivamente deslocado de uma compreensão essencialmente naturalizante — fortemente influenciada pela geografia positivista — para abordagens que incorporam a ação dos sujeitos históricos, as dinâmicas econômicas e as construções simbólicas. Esse movimento não se deu de forma linear, mas resultou de tensões e disputas no interior das próprias ciências sociais, especialmente em momentos de crise teórica e metodológica, como aquele vivenciado ao longo do século XX.

A crise das abordagens totalizantes, a fragmentação dos campos disciplinares e a emergência de novas escalas de análise contribuíram para a revalorização da região enquanto categoria analítica. Contudo, como se buscou demonstrar, essa retomada não esteve isenta de problemas, sobretudo no que diz respeito à tendência de reduzir a região a uma mera soma de unidades menores ou a um simples recorte funcional do espaço. Diante disso, tornou-se necessário desenvolver abordagens capazes de articular diferentes níveis de análise, evitando tanto o reducionismo quanto a fragmentação excessiva.

Ao incorporar contribuições provenientes de diferentes campos — como a Geografia, a Economia e a História —, o conceito de região ampliou seu campo semântico, passando a abarcar não apenas aspectos materiais, mas também dimensões simbólicas e culturais. Nesse sentido, a região pode ser compreendida como um espaço vivido, no qual se constroem identidades, se estabelecem relações de pertencimento e se manifestam conflitos. Trata-se,

portanto, de uma categoria que não apenas descreve o espaço, mas também o produz, na medida em que participa da forma como os sujeitos o percebem, o organizam e o significam.

Essa dimensão simbólica torna-se particularmente evidente quando se considera o fenômeno do regionalismo, entendido como uma forma de afirmação identitária que pode tanto reforçar laços de pertencimento quanto produzir exclusões. Nesse contexto, a região deixa de ser apenas um objeto de análise e passa a ser também um instrumento de disputa, no qual diferentes agentes buscam legitimar suas visões de mundo e seus interesses.

Ao mesmo tempo, é importante destacar que a região não pode ser compreendida de forma isolada, sendo sempre constituída em relação a outras regiões e a sistemas mais amplos. Tal perspectiva relacional permite superar visões essencialistas, evidenciando que as regiões são produzidas no interior de redes de interdependência, nas quais se articulam fluxos econômicos, culturais e políticos.

Dessa forma, a análise do conceito de região evidencia não apenas a complexidade do objeto em si, mas também os desafios inerentes à própria prática historiográfica. Ao lidar com conceitos polissêmicos e historicamente situados, o historiador é constantemente chamado a refletir sobre suas próprias categorias de análise, reconhecendo que estas não são neutras, mas carregadas de pressupostos teóricos e implicações políticas.

Assim, ao investigar o conceito de região, não se trata apenas de delimitar um campo semântico, mas de compreender os processos históricos que o constituem, bem como as disputas que o atravessam. Trata-se, em última instância, de reconhecer que os conceitos são ferramentas fundamentais para a construção do conhecimento histórico, mas também objetos de análise que revelam as transformações das próprias formas de pensar e interpretar a realidade.

Por fim, cabe destacar que este trabalho não pretende esgotar a discussão sobre o conceito de região, mas antes contribuir para o seu aprofundamento, evidenciando a necessidade de abordagens que considerem sua complexidade e sua historicidade. Nesse sentido, a pesquisa permanece aberta, não apenas no que diz respeito à incorporação de novas perspectivas teóricas, mas também à aplicação do conceito em investigações empíricas específicas.

Dessa forma, encerramos esta reflexão não como um ponto final, mas como um convite à continuidade do debate, reconhecendo que, assim como os próprios conceitos, o conhecimento histórico está em permanente construção.

REFERÊNCIAS

- BANDIERI, Susana. **La historia en perspectiva regional: Aportes conceptuales y avances empíricos.** Mendoza: [s. n.], 2017.
- CARBONARI, Maria Rosa. **De como explicar la región sin perderse en el intento: Repasando y repensando la Historia Regional.** [S. l.: s. n.], 2009.
- CHIARAMONTE, José Carlos. **Sobre el uso historiográfico del concepto de región.** Buenos Aires: [s. n.], 2008.
- GOLIN, Luiz Carlos. **A Fronteira.** Porto Alegre: L&PM, 2002.
- HEREDIA, Edmundo. Cono Sur: el fin de las regiones de frontera. **Cadernos do CHDD**, Rio de Janeiro, ano 6, ed. especial, p. 197-217, 2007.
- KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, p. 134-146, jul./dez. 1992.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. **O conceito de história.** Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. **História Regional dimensões teórico conceituais.** Passo Fundo: [s. n.], 1999.
- SILVA, Ricardo Oliveira. **História das ideias – a construção da identidade.** Curitiba: Prismas, 2017